



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

PROCESSO Nº: 200141/18

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CURITIBA

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

INSTRUÇÃO Nº: 706/2020 - CGM - CONTRADITÓRIO

Ementa: **MUNICÍPIO DE CURITIBA**. Prestação de Contas do exercício de 2017. Contraditório. Contas Regulares com Ressalva - Cabe aplicação de multa.

Trata-se da prestação de contas do **MUNICÍPIO DE CURITIBA**, relativa ao exercício financeiro de 2017.

O Primeiro Exame realizado pela Unidade Técnica responsável evidenciou a existência de restrições e/ou mesmo a ausência de elementos essenciais no processo de prestação de contas, que serão doravante tratadas em conformidade com a formulação que constou da Instrução nº 1298/2018-CGM-Primeiro Exame (peça processual nº 29).

Oportunizado o exercício do direito ao contraditório, o Responsável procurou sanar as anomalias apontadas, razão pela qual retornam as contas para exame, seguindo-se a síntese dos apontamentos contidos na citada Instrução e as novas conclusões em face dos fatos apresentados na peça de defesa.

1 - DOS APONTAMENTOS NÃO REGULARIZADOS ATÉ O EXAME ANTERIOR

1.1 - DA ANÁLISE DAS RESSALVAS

MULTAS DECORRENTES DE ATRASO NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Entrega dos dados do SIM-AM com atraso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Fonte de Critério: Instrução Normativa TCE/PR nº 138/2018 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, III, "b".

PRIMEIRO EXAME

Verifica-se no registro de entrega dos dados eletrônicos mensais do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal – SIM/AM, que a Entidade não atendeu aos prazos estipulados nas Instruções Normativas TCE/PR nº 115/2016 e 129/2017, relativa à Agenda de Obrigações para o exercício objeto da análise.

A entrega mensal dos referidos dados eletrônicos está demonstrada no quadro abaixo, o qual informa o número de dias de atraso que a entrega intempestiva resultou.

A situação é passível de aplicação de multa administrativa, prevista no art. 87, III, “b” da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, aplicada em razão DE CADA ATRASO NA REMESSA MENSAL dos dados eletrônicos do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal – SIM/AM.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

- a) comprovação de que o encaminhamento em atraso ocorreu por motivo de força maior;
- b) comprovante de recolhimento da multa;
- c) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

DEMONSTRATIVO DO ITEM

Mês	Ano	Data Limite para Envio	Data do Envio	Dias de Atraso
Abertura	2017	02/05/2017	09/06/2017	38
Janeiro	2017	02/05/2017	24/07/2017	83
Fevereiro	2017	31/05/2017	25/07/2017	55
Março	2017	31/05/2017	02/08/2017	63
Abril	2017	30/06/2017	08/08/2017	39



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Maio	2017	30/06/2017	14/08/2017	45
Junho	2017	31/07/2017	21/08/2017	21
Julho	2017	31/08/2017	04/09/2017	4
Novembro	2017	15/01/2018	22/01/2018	7

DA DEFESA

Os esclarecimentos constam às folhas 8 a 14 da peça processual nº 65

DA ANÁLISE TÉCNICA

A entidade, de forma resumida, reitera as justificativas contidas no Relatório do Controle Interno inseridas nos processos de Prestações de Contas Anuais dos Exercícios de 2016 e 2017, no sentido de que os esforços internos e técnicos foram empreendidos para cumprir os prazos, os quais se mostraram, no exercício de 2017, novamente subestimados, em decorrência do atraso represado do passado e da vedação à remessa simultânea de dados relativos a dois exercícios diferentes.

Destaca que mesmo assim a atual gestão teve êxito no enorme desafio de sanar todos os atrasos herdados da gestão anterior.

Registra o posicionamento extremo tomado pelo prestador de serviços de tecnologia da informação, que promoveu suspensões temporárias de acesso aos Módulos de Contabilidade, Tesouraria e Relatório Dinâmico, e a ocorrência consolidou comprovadamente motivos relatados exaustivamente a esse Egrégio TCE/PR, empecilhos esses de 2016 com reflexos que afetaram também o andamento das rotinas do SIM-AM dos meses de 2017.

Que foi instaurado o Processo n.º 01-119.880/2016 para a anotação de todos os devidos alertas, encaminhamentos e pedidos de providências do Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças às autoridades e setores responsáveis. Que, também, essa foi a finalidade da Petição Intermediária junto a este Tribunal (n.º 1032532/16), em que a Secretária Municipal de Finanças comunicou a ocorrência a que deu causa o seu prestador de serviços informáticos e que a restituição dos módulos se dera mediante providências judiciais providenciadas pela Procuradoria Geral do Município.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Salienta que independentemente dos fatos e em condições atípicas e extremas, o Executivo Municipal vem procedendo à apropriação de todos os dados e informações em dia e garantindo a continuidade de importantes ações de governo, e que a Prestação de Contas do Exercício de 2017 foi entregue a essa Corte de Contas no prazo estipulado e todas as publicações estão consolidadas no sítio da Prefeitura Municipal de Curitiba, em Diário Eletrônico.

Observa que, como medida do Município e da atual gestão, ocorreram reforços de áreas técnicas para alimentação dos dados e a recondução da Governança de TI, pois no início da mesma, com urgência, foi realizado diagnóstico, análise e estudos, providenciadas tratativas e acertos exaustivos junto ao prestador dos serviços, no que coube.

Que mesmo com todas as dificuldades anteriormente explicitadas, a atual gestão resolveu problemas que se arrastavam há anos, relativamente à entrega dos dados via SIM-AM.

Que esses resultados positivos alcançados pela atual gestão no que se refere à entrega do SIM-AM foram reconhecidos, inclusive, no Acórdão n.º 3385/2017, da Segunda Câmara, proferido nos Autos de Certidão Liberatória n.º 485428/17.

Que caso similar foi enfrentado pelo Poder Executivo do Estado do Paraná, quando teve que justificar a este Tribunal de Contas o atraso na remessa dos dados relativos ao primeiro quadrimestre de 2016 ao Sistema SEI-CED – Sistema Estadual de Informações – Captação Eletrônica de Dados. O Acórdão de Parecer Prévio n.º 548/17 – Tribunal Pleno (Processo n.º 208386/17) decidiu pela não penalização do ente por haver justificativa idônea para o atraso escusável e involuntário do prazo.

Demonstra a evolução dos trabalhos do Executivo Municipal para colocar em dia suas obrigações relativas à entrega do SIM-AM, desde a sua estagnação até o alinhamento com os prazos da Agenda de Obrigações Municipais estipuladas por este Tribunal para cada exercício financeiro:

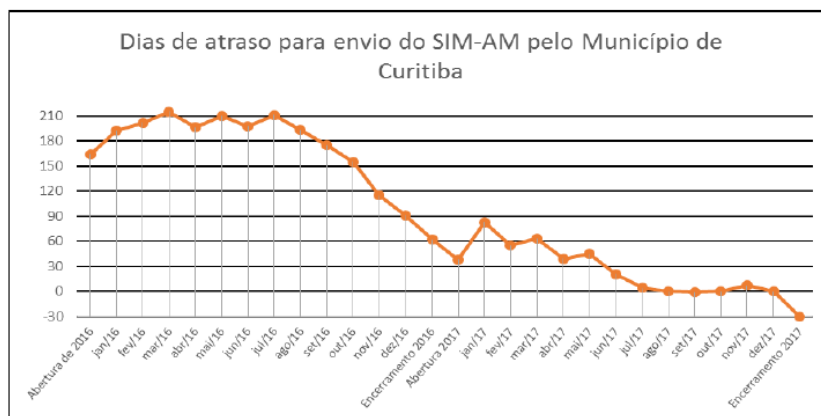


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

SIM-AM 2016	Fechamento – envio pela PMC ao TCE-PR		Prazo estipulado pelo TCE-PR	Dias de Atraso
	Data	Protocolo		
Abertura de Exercício	10/10/2016	2016832540	29/04/2016	164
Janeiro	09/12/2016	2016992830	31/05/2016	192
Fevereiro	18/01/2017	201736884	30/06/2016	202
Março	31/01/2017	201771434	30/06/2016	215
Abril	10/02/2017	2017101271	29/07/2016	196
Mai	24/02/2017	2017142261	29/07/2016	210
Junho	17/03/2017	2017193265	31/08/2016	198
Julho	30/03/2017	2017230330	31/08/2016	211
Agosto	11/04/2017	2017267757	30/09/2016	193
Setembro	24/04/2017	2017295190	31/10/2016	175
Outubro	04/05/2017	2017330300	30/11/2016	155
Novembro	11/05/2017	2017352517	16/01/2017	115
Dezembro	30/05/2017	2017396573	28/02/2017	91
Encerramento do Exercício	01/06/2017	2017397057	31/03/2017	62

SIM-AM 2017	Fechamento – envio pela PMC ao TCE-PR		Prazo estipulado pelo TCE-PR	Dias de Atraso
	Data	Protocolo		
Abertura de Exercício	09/06/2017	2017434343	02/05/2017	38
Janeiro	24/07/2017	2017538165	02/05/2017	83
Fevereiro	25/07/2017	2017540046	31/05/2017	55
Março	02/08/2017	2017562767	31/05/2017	63
Abril	08/08/2017	2017581648	30/06/2017	39
Mai	14/08/2017	2017593883	30/06/2017	45
Junho	21/08/2017	2017609682	31/07/2017	21
Julho	04/09/2017	2017645379	31/08/2017	4
Agosto	02/10/2017	2017706360	02/10/2017	0
Setembro	30/10/2017	2017774667	31/10/2017	-1
Outubro	30/11/2017	2017843103	30/11/2017	0
Novembro	22/01/2018	201831593	15/01/2018	7
Dezembro	28/02/2018	2018121799	28/02/2018	0
Encerramento do Exercício	01/03/2018	2018126839	02/04/2018	-32



Frisa, ainda, que a complexidade e o enorme volume de dados e informações, em especial ao atendimento de 1226 regras da estrutura do SIM-AM editada para o ano 2017, bem como, o tamanho do Município explicam o enorme esforço para a atualização do SIM-AM em relação ao atraso promovido pela gestão anterior.

Por fim, alega que diante da existência de fatores que justificam plenamente a entrega do SIM-AM tal como se deu em 2017 e por se tratar de fatores



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

alheios à vontade da atual gestão, parece não ser o caso de aplicação da multa referida na Instrução, especialmente diante do disposto no art. 22 do Decreto-Lei n.º 4.657/1942, com a redação dada pela Lei n.º 13.655/2018.

Face as informações prestadas, em que pesem as inúmeras dificuldades enfrentadas pela gestão, tais como o posicionamento extremo tomado pelo prestador de serviços de tecnologia da informação em 2016 e o atraso represado do passado, agravadas pelo tamanho do Município, a complexidade e o enorme volume de dados e informações, entende-se que é dever da gestão manter regulares os envios das remessas ao SIM-AM, conforme disposto nas normativas deste Tribunal.

Embora a municipalidade tenha adotado medidas visando regularizar as obrigações relativas à entrega do SIM-AM e, tenha demonstrado a evolução dos trabalhos do Executivo Municipal para colocar em dia suas obrigações relativas à entrega do SIM-AM, esta Coordenadoria entende que o atraso no envio dos dados pelo SIM-AM prejudica a atividade fiscalizatória deste Tribunal, como a realizada por meio do monitoramento e acompanhamento eletrônico, que visam verificar de forma concomitante os atos de gestão dos órgãos jurisdicionados, a fim de impedir a continuidade e até mesmo prevenir a ocorrência de irregularidades.

Quanto a decisão exarada no Acórdão n.º 3385/2017, da Segunda Câmara, destacada pela municipalidade, convém lembrar que o artigo 292- A, inciso I, do Regimento Interno do TCE-PR, trata especificamente do não cumprimento das decisões do Tribunal de Contas para efeitos da obtenção da Certidão Liberatória, conforme segue:

Art. 292-A. *O não cumprimento das decisões do Tribunal de Contas caracteriza impedimento a obtenção da certidão liberatória. Parágrafo único. Na hipótese de ser o atual gestor responsável pela irregularidade, não será indeferida a certidão liberatória desde que comprovado:*

I – terem sido tomadas as providências administrativas e judiciais necessárias ao saneamento das irregularidades, inclusive, com a apuração de responsabilidade, quando for o caso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Nota-se que, caracterizado o descumprimento da agenda de obrigações, o referido dispositivo foi aplicado, excepcionalmente, para deferimento do pedido de certidão liberatória formulado pelo Município de Curitiba em razão da impossibilidade de sua obtenção pela via eletrônica.

Portanto, reitera-se a conclusão pela ressalva, com a recomendação de multa administrativa, considerando o disposto na Uniformização de Jurisprudência nº 10 (Acórdão nº 1582/08-Tribunal Pleno).

DA MULTA

Para fins de atribuição da responsabilidade pela referida multa prevista na L.C.E. nº 113/2005, art. 87, III, "b", indica-se como agente diretamente responsável o gestor que na data limite para cumprimento da obrigação respondia pela Administração.

CONCLUSÃO: RESSALVA COM MULTA

1.2 - DA ANÁLISE DAS IRREGULARIDADES

GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ausência de Pagamento de aportes para cobertura do déficit atuarial na forma apurada no Laudo Atuarial.

Fonte de Critério: Lei nº 9717/98, art. 9º e Portaria MPS 403/2008 - Art. 18 e 19 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

PRIMEIRO EXAME

Considerando os termos do Laudo de Avaliação Atuarial que aponta a necessidade de aportes ao Regime Próprio de Previdência, visando equacionar o déficit atuarial e a consequente busca do equilíbrio financeiro do sistema, verifica-se que o Município não está realizando as transferências necessárias a esse objetivo, conforme empenhos emitidos nas classificações 3.1.91.13.30 e 3.3.91.97, demonstrado abaixo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Sujeita, ainda, a aplicação de multa administrativa, por ofensa à norma legal, prevista no art. 87, IV, “g” da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em razão da não comprovação de cumprimento do regramento estabelecido pela Portaria MPS nº 403/2008, a qual estabelece que o plano de amortização indicado pelo Parecer Atuarial poderá consistir no estabelecimento de alíquota de contribuição suplementar ou em aportes periódicos, com vistas ao equacionamento do déficit atuarial e equilíbrio financeiro do sistema previdenciário.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

- a) indicação das providências tomadas visando atender o Parecer Atuarial e a realização dos aportes;
- b) comprovantes dos pagamentos de aportes;
- c) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

DEMONSTRATIVO DO ITEM

Descrição	a) Valor do laudo Atuarial (R\$)	b) Valor pago (R\$)	c) Diferença a menor (R\$) (a-b)
Aporte Atuarial	232.785.611,41	0,00	232.785.611,41

Comentários adicionais da análise técnica:

Ressalta-se que, entre outras medidas adotadas em relação ao Regime Próprio de Previdência Social, foi informado no Parecer do Controle Interno, peça processual nº 8, folhas 86, que o aporte relativo ao exercício de 2017 se deu por interferência financeira, sendo que o repasse através de empenho no elemento 97 – Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial – foi previsto, instituído e inserido na Lei Orçamentária Anual 2018.

Entretanto, conforme consulta aos dados do SIM AM - 2017 Receita Realizada, observa-se, em relação ao aporte referente ao exercício de 2017, que muito embora, conste transferência financeira do Executivo para o Instituto de Previdência dos Servidores de R\$ 232.785.611,41, valor correspondente ao aporte indicado no Laudo Atuarial, verifica-se que ocorreram duas transferências, sendo uma em 31/07/2017 e outra em 30/11/2017, e na Receita do referido Instituto de Previdência foi



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

possível visualizar somente o ingresso de R\$ 232.785.611,41 em 31/07/2017, o que requer esclarecimentos.

Verifica-se também que o valor de R\$ 232.785.611,41 (fonte 069) foi repassado ao Município pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e que constam ainda, repasses efetuados pela Câmara no total de R\$ 25.372.119,17 (fonte 000) e pelo próprio Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba no total de R\$ 22.102.947,61 (fonte 000), o que requer esclarecimentos, bem como, o detalhamento dos lançamentos efetuados (acompanhados dos respectivos documentos contábeis que deram suporte – extratos/transferências/outros), tanto da saída do valor das Entidades(IPPUC, Câmara e Instituto de Previdência), como do ingresso no Executivo e do repasse ao Instituto de Previdência.

Cabe observar, que consta informado no Parecer de Controle Interno do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba, que: *“em 2017 foi realizada auditoria externa pela Subsecretaria de Regimes Próprios de Previdência Social - SRPPS, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, Ofício SEI nº 12/2017/SEAUC/DIREP/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV-MF. Como resultado desta auditoria foi emitida Notificação de Auditoria Fiscal - NAF nº 0134/2017, de 31/10/2017 a qual informou que foram verificadas situações de descumprimento pelo Ente Federativo (Prefeitura Municipal de Curitiba) as normas gerais de organização e funcionamento que regem os Regimes Próprios de Previdência Social referentes aos seguintes itens:*

- Unidade gestora e regime próprio únicos,
- Caráter contributivo (repasso) - decisão administrativa
- Utilização dos recursos previdenciários - decisão administrativa.

As informações referentes a Auditoria foram repassadas pela Diretoria Executiva do IPMC ao Conselho de Administração (127ª Reunião Ordinária), Conselho Fiscal (35ª Reunião Ordinária) e Comitê de Investimentos (106ª Reunião Ordinária).

Os apontamentos da Subsecretaria de Regimes Próprios de Previdência Social - SRPPS foram direcionados ao Ente Federativo, Município de Curitiba que, em sua defesa protocolou recurso por meio do Ofício nº468/2017 do Prefeito Municipal de Curitiba, o qual não foi julgado até a presente data. ”



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Dados do SIM AM - Receita Realizada 2017:

Ingresso de Receita via Transferência no Executivo: R\$ 280.411.292,37

Sendo:

9782 – Da Câmara R\$ 25.372.119,17 – fonte 000

103093 - Do Fundo de Urbanização de Curitiba R\$ 150.614,18– fonte 613

11519 - Do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano R\$ 232.785.611,41– fonte 069

15098 - Do Instituto de Previdência dos Servidores R\$ 22.102.947,61 – fonte 000

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA ENTIDADE 12268-MUNICÍPIO DE CURITIBA ATÉ O MÊS 12/2017 (Atualizado em: 11/06/2018 17:50:23)										
Desti	nmOrigemDestino	ac	dsTipoOperacaoPagan	dsTip	dsTipoNati	dtOperacao	vlOperac	rece	dsFonteReceita	
103093	FUNDO DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	24/02/2017 00:00	150.614,18	613	Operação de Crédito - CEF - Pró-Transporte	
11519	INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA	1	Pagamento via conta Caixa	Ingresso	Transferências	30/11/2017 00:00	232.785.611,41	069	Receitas Intraorçamentárias - P. 869/05 STN	
9782	CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	20/10/2017 00:00	22.603.000,00	000	Recursos Ordinários (Livres)	
9782	CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	29/12/2017 00:00	217.186,51	000	Recursos Ordinários (Livres)	
9782	CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	29/12/2017 00:00	200.000,00	000	Recursos Ordinários (Livres)	
9782	CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	29/12/2017 00:00	1.379.897,15	000	Recursos Ordinários (Livres)	
9782	CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	18/09/2017 00:00	972.035,51	000	Recursos Ordinários (Livres)	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	30/06/2017 00:00	22.000.000,00	000	Recursos Ordinários (Livres)	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	28/04/2017 00:00	102.947,61	000	Recursos Ordinários (Livres)	
							280.411.292,37			

Egresso da Receita via Transferência no Executivo no total de R\$ 505.265.921,90 para

15098 - Instituto de Previdência dos Servidores do Município, sendo duas transferências de R\$ 232.785.611,41 (julho e novembro de 2017) da fonte 069 - via conta Caixa e R\$ 39.694.699,08 da fonte 000 - via banco.

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA ENTIDADE 12268-MUNICÍPIO DE CURITIBA ATÉ O MÊS 12/2017 (Atualizado em: 11/06/2018 17:50:23)										
Desti	nmOrigemDestino	ac	dsTipoOperacaoPagan	dsTip	dsTipoNati	dtOperacao	vlOperac	rece	dsFonteReceita	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	1	Pagamento via conta Caixa	Egresso	Transferências	31/07/2017 00:00	232.785.611,41	069	Receitas Intraorçamentárias - P. 869/05 STN	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	1	Pagamento via conta Caixa	Egresso	Transferências	30/11/2017 00:00	232.785.611,41	069	Receitas Intraorçamentárias - P. 869/05 STN	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Egresso	Transferências	13/02/2017 00:00	585.252,51	000	Recursos Ordinários (Livres)	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Egresso	Transferências	26/01/2017 00:00	575.000,00	000	Recursos Ordinários (Livres)	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Egresso	Transferências	29/09/2017 00:00	2.248.512,26	000	Recursos Ordinários (Livres)	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Egresso	Transferências	31/10/2017 00:00	2.248.512,26	000	Recursos Ordinários (Livres)	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Egresso	Transferências	31/08/2017 00:00	2.248.512,26	000	Recursos Ordinários (Livres)	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Egresso	Transferências	10/03/2017 00:00	891.127,00	000	Recursos Ordinários (Livres)	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Egresso	Transferências	29/06/2017 00:00	22.778.521,67	000	Recursos Ordinários (Livres)	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Egresso	Transferências	08/06/2017 00:00	718.700,00	000	Recursos Ordinários (Livres)	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Egresso	Transferências	20/04/2017 00:00	728.497,00	000	Recursos Ordinários (Livres)	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Egresso	Transferências	30/11/2017 00:00	2.248.512,26	000	Recursos Ordinários (Livres)	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Egresso	Transferências	27/12/2017 00:00	2.248.512,27	000	Recursos Ordinários (Livres)	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Egresso	Transferências	31/07/2017 00:00	1.469.990,59	000	Recursos Ordinários (Livres)	
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Egresso	Transferências	09/05/2017 00:00	705.049,00	000	Recursos Ordinários (Livres)	
							505.265.921,90			

Ingresso de Receita via Transferência no Instituto de Previdência dos Servidores do Município: R\$ 728.365.558,16

Sendo:

12268 – Do Município de Curitiba R\$ 232.785.611,41 – fonte 040

12268 – Do Município de Curitiba R\$ 39.694.699,08 – fonte 001



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA ENTIDADE 15098-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA ATÉ O MÊS 12/2017 (Atualizado em: 11/06/2018 18:08:26)									
Desti	nmOrigemDestino	ac	dsTipoOperacaoP	dsTipo	dsTipoNati	dtOperacao	vlOperac	teRece	dsFonteReceita
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	26/01/2017 00:00	575.000,00	001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	13/02/2017 00:00	585.252,51	001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	08/06/2017 00:00	718.700,00	001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	09/05/2017 00:00	705.049,00	001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	10/03/2017 00:00	891.127,00	001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	20/04/2017 00:00	728.497,00	001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	31/07/2017 00:00	232.785.611,41	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	31/10/2017 00:00	2.248.512,26	001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	27/12/2017 00:00	2.248.512,27	001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	30/11/2017 00:00	2.248.512,26	001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	29/09/2017 00:00	2.248.512,26	001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	31/08/2017 00:00	2.248.512,26	001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	31/07/2017 00:00	1.469.990,59	001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	29/06/2017 00:00	22.778.521,67	001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)

14650 – Do Fundo Municipal Provisional de Previdência R\$ 455.885.247,67 – fonte 040

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA ENTIDADE 15098-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA ATÉ O MÊS 12/2017 (Atualizado em: 11/06/2018 18:08:26)									
Desti	nmOrigemDestino	ac	dsTipoOperacaoP	dsTipo	dsTipoNati	dtOperacao	vlOperac	teRece	dsFonteReceita
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	26/05/2017 00:00	2.089.490,68	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	26/05/2017 00:00	17.586.667,21	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	21/06/2017 00:00	30.437.000,00	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	21/06/2017 00:00	1.215.000,00	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	21/06/2017 00:00	11.360.000,00	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	21/06/2017 00:00	32.008.000,00	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	28/07/2017 00:00	17.284.643,83	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	08/08/2017 00:00	4.957,23	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	29/08/2017 00:00	11.700.306,10	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	29/08/2017 00:00	12.506.426,10	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	28/09/2017 00:00	24.685.000,00	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	29/11/2017 00:00	18.000.000,00	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	30/11/2017 00:00	227,24	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	27/10/2017 00:00	18.461.757,24	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	19/12/2017 00:00	761,56	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	20/12/2017 00:00	22.000.000,00	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	12/07/2017 00:00	49.128.963,93	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	31/10/2017 00:00	5.840.727,12	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	29/08/2017 00:00	14.161.648,08	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	28/09/2017 00:00	19.894.381,07	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	28/09/2017 00:00	21.383.743,13	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	20/11/2017 00:00	1.233.257,45	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	20/11/2017 00:00	3.313.671,40	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	20/11/2017 00:00	10.592.531,87	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	20/11/2017 00:00	12.250.000,00	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	28/11/2017 00:00	28.751.821,79	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	27/10/2017 00:00	83.349,14	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	26/10/2017 00:00	35.000.000,00	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	20/12/2017 00:00	678.584,58	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	20/12/2017 00:00	15.771.610,46	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
14650	FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	2	Pagamento via Banco	Ingresso	Transferências	20/12/2017 00:00	18.460.720,46	040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
							455.885.247,67		

Egresso de Receita via Transferência no Instituto de Previdência dos Servidores do Município: R\$ 22.102.947,61

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA ENTIDADE 15098-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA ATÉ O MÊS 12/2017 (Atualizado em: 11/06/2018 18:08:26)									
Desti	nmOrigemDestino	ac	dsTipoOperacaoP	dsTipo	dsTipoNati	dtOperacao	vlOperac	teRece	dsFonteReceita
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Egresso	Transferências	28/04/2017 00:00	102.947,61	001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)
12268	MUNICÍPIO DE CURITIBA	2	Pagamento via Banco	Egresso	Transferências	30/06/2017 00:00	22.000.000,00	001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)
							22.102.947,61		

Egresso de Receita via Transferência no Fundo Provisional de Previdência do Município: R\$ 455.885.247,67



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA ENTIDADE 14650-FUNDO MUNICIPAL PROVISIONAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA ATÉ O MÊS 12/2017 (Atualizado em: 12/07/2017)									
Desti	nmOrigemDestino	ac	dsTipoOperacao	dsTip	dsTipoNatu	dtOperacao	vlOperac	teRece	dsFonteReceita
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	26/05/2017 00:00		17.586.667,21	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	26/05/2017 00:00		2.089.490,68	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	21/06/2017 00:00		1.215.000,00	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	20/11/2017 00:00		1.233.257,45	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	28/09/2017 00:00		21.383.743,13	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	28/09/2017 00:00		24.685.000,00	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	29/08/2017 00:00		12.506.426,10	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	20/12/2017 00:00		22.000.000,00	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	21/06/2017 00:00		32.008.000,00	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	27/10/2017 00:00		18.461.757,24	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	26/10/2017 00:00		35.000.000,00	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	29/11/2017 00:00		18.000.000,00	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	30/11/2017 00:00		227,24	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	19/12/2017 00:00		761,56	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	20/12/2017 00:00		678.584,58	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	20/12/2017 00:00		15.771.610,46	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	27/10/2017 00:00		83.349,14	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	28/11/2017 00:00		28.751.821,79	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	31/10/2017 00:00		5.840.727,12	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	29/08/2017 00:00		14.161.648,08	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	28/09/2017 00:00		19.894.381,07	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	20/12/2017 00:00		18.460.720,46	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	20/11/2017 00:00		12.250.000,00	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	28/07/2017 00:00		17.284.643,83	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	08/08/2017 00:00		4.957,23	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	29/08/2017 00:00		11.700.306,10	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	21/06/2017 00:00		30.437.000,00	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	20/11/2017 00:00		3.313.671,40	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	20/11/2017 00:00		10.592.531,87	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	21/06/2017 00:00		11.360.000,00	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
15098	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2	Pagamento via Banco Egresso	Transferências	12/07/2017 00:00		49.128.963,93	✓	040 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

DA DEFESA

Os esclarecimentos constam às folhas 3 a 7 da peça processual nº 65.

DA ANÁLISE TÉCNICA

A entidade apresentou os esclarecimentos a respeito do item, alegando, em resumo:

Que a obrigação relativa ao aporte extraordinário do exercício de 2017, cuja soma era de R\$ 232.785.611,41, foi devidamente cumprida, mas mediante compensação (que é modo de extinção das obrigações, tanto quanto o pagamento o é), em virtude do teor normativo da Lei Municipal n.º 15.042/2017, que determinou ao IPMC a devolução, ao Tesouro Municipal, dos valores que deste recebera indevidamente a título de contribuição patronal sobre a folha dos servidores inativos e pensionistas.

Em seguida, em relação aos comentários adicionais da análise técnica no primeiro exame, declara:

(a) Quanto à suposta duplicidade de transferências do valor de R\$ 232.785.611,41 (jul/2017 e nov/2017), que houve apenas uma transferência deste



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

valor, em 31.07.2017, porém, a contabilização desse registro, nas contas contábeis 1.1.1.1.2.01-C e 3.5.1.3.2.02.02-D, foi efetuada erroneamente, na fonte 000, através dos lançamentos n.º 161939886 e 161939887, conforme se verifica nos Anexos 1A, 1B, 1C, 1D, 1F, 1G, 1H e 1L (peças n.º 35 a 42), quando o correto seria que os lançamentos fossem realizados na fonte 069.

Que foram feitos os ajustes necessários na Contabilidade, em 30.11.2017, através dos lançamentos 213066107 e 213066106, debitando-se a conta 1.1.1.1.2.01 e creditando-se a conta 3.5.1.3.2.02.02, com a finalidade de que fosse estornado o lançamento de 31.07.2017 e de que fosse lançado corretamente o valor em questão na fonte 069 (lançamentos 213066108 e 213066109), movimentações estas que, quando interpretadas dos dados extraídos do SIM-AM, podem ter causado a impressão de duplicidade;

b) Quanto aos repasses realizados pelo IPPUC, pela Câmara e pelo IPMC, anota que o valor de R\$ 232.785.611,41 não foi repassado pelo IPPUC ao Município de Curitiba. Trata-se apenas do lançamento de ajuste contábil noticiado mais acima (item 6, subitens 6.1 e 6.2). Ocorre que, no arquivo encaminhado no SIM-AM, acabou sendo registrada como uma interferência financeira originada pelo IPPUC (código 11519), mas por mero erro material.

c) quanto ao valor de R\$ 25.372.119,17, repassado pela Câmara Municipal de Curitiba, afirma que não guarda qualquer relação com a cobertura do déficit atuarial do IPMC, mas apenas com os recursos de duodécimos repassados pela Prefeitura à Câmara e não utilizados pelo Legislativo Municipal, bem como com valores de cancelamento de restos a pagar ocorridos em 2017 cujo valores já tinham sido repassados à Câmara no exercício anterior.

c) Pertinente ao valor de R\$ 22.102.947,61, salienta que se trata de dois repasses do IPMC (R\$ 102.947,61 em 28.04.2017 e R\$ 22.000.000,00 em 30.06.2017). O valor de R\$ 22.000.000,00 corresponde à devolução da Taxa de Administração pelo IPMC, que, por força do art. 91-B da Lei Municipal n.º 15.042/2017, foi reduzida de 2% (dois por cento) para 1% (um por cento) no ano, conforme Processo Administrativo n.º 08-003183/2017 (ver Anexos 3A, 3B, 3C, 3D, 3E e 3F). Já o valor de R\$ 102.947,61, conforme o Processo Administrativo n.º 01-098684/2015 se refere ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

ressarcimento aos cofres do Município de Curitiba referente ao pagamento do precatório 900299/2015 conforme item II.2 do anexo do ofício 1683801 – TP/OE/P/CPRE/CPRE-DA de 10 de fevereiro de 2017, enviado a este instituto pelo Tribunal de Justiça, o que gerou o ofício 04-013861/2017, onde o IPMC solicita orientação sobre como proceder visto que o referido precatório não constava nos seus orçamentos de 2016 e 2017.

Por último, a entidade conclui não ter havido, apesar da aparência gerada pelo sistema SIM-AM, qualquer descumprimento, pelo Município de Curitiba, de sua obrigação atinente aos aportes extraordinários ao RPPS local, nem tampouco qualquer repasse em duplicidade e que também foram respondidos os esclarecimentos solicitados por esse Tribunal de Contas, razão pela qual, não há motivo para que o item seja pela irregularidade.

Para sustentar o arrazoadado supra, junta os seguintes documentos:

- i) Razão Analítico da Prefeitura Municipal das contas “3.5.1.3.2.02.02”, “1.1.1.1.2.01”; e das contas do IPMC “1.1.1.1.1.06.01”, “4.5.1.3.2.02.02” - Anexos 1A, 1B, 1C, 1D, 1E (peças nº 34 a 38);
- ii) Demonstrativo dos lançamentos contábeis – Anexos 1F, 1E, 1G, 1H, 1I (peças nº 39 a 42);
- iii) Ofício nº 182/2017 – GAB/IPMC, de 28/07/2017, ao Secretário Municipal de Finanças (peça nº 43);
- iv) Razão Analítico da conta “4.5.1.1.2.02.01” da Prefeitura Municipal -Anexo 2A (peça nº 44);
- v) Notas de pagamento extra orçamentárias – Anexo 2B e 2C (peças nº 45 e 46);
- vi) Ato nº 544, de 20/10/2017, que trata da redução no orçamento da Câmara Municipal de Curitiba – Anexo 2D (peça 47);
- vii) Notas de pagamento extra orçamentárias – Anexos 2E e 2F e 2G (peças nº 48 a 50);
- viii) Extratos bancários conta corrente 3793-1/73555-8 – Anexos 2H a 2J (peças nº 51 a 54);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

- ix) Comprovantes relativos a Transferências Intragovernamental – IPMC a PMC de R\$ 22.000.000,00 – Anexos 3A a 3F (peças nº 55 a 60);
- x) Comprovantes relativos a Transferências Intragovernamental – IPMC a PMC de R\$ 102.947,61 – Anexos 4A a 4D (peças nº 61 a 64)
- xi) Ofício ao Conselheiro Relator Fabio de Souza Camargo apresentando a cópia da decisão proferida pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, e cópia da Decisão de Recurso (SPREV) SEI nº 14/2019/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME (peças nº 67 e 68).

Face as informações apresentadas, cabem os seguintes apontamentos:

Primeiramente, verifica-se que a reavaliação atuarial (maio/2017), para os exercícios de 2017 e seguintes, indicou um déficit atuarial estimado de R\$14.311.208.806,40.

8.1. Balanço Atuarial – Novo Plano de Custeio Normal:

Data-Base: 31/12/2016				
Item	Geração Atual (R\$)	Geração Futura (R\$)	Total (R\$)	% Folha
Custo Total	23.771.779.555,77	0,00	23.771.779.555,77	159,77%
<i>Compensação a Receber (-)</i>	<i>613.857.567,30</i>	<i>0,00</i>	<i>613.857.567,30</i>	<i>4,31%</i>
<i>Contribuição de Inativos (-)</i>	<i>820.740.660,16</i>	<i>0,00</i>	<i>820.740.660,16</i>	<i>5,76% (*)</i>
<i>Contribuição de Ativos (-)</i>	<i>1.850.385.478,81</i>	<i>0,00</i>	<i>1.850.385.478,81</i>	<i>12,98% (*)</i>
<i>Contribuição do Ente s/Ativos (-)</i>	<i>3.700.770.957,61</i>	<i>0,00</i>	<i>3.700.770.957,61</i>	<i>25,96% (*)</i>
<i>Saldo dos Investimentos (-)</i>	<i>2.253.320.346,75</i>	<i>0,00</i>	<i>2.253.320.346,75</i>	<i>15,81%</i>
<i>Saldo dos Parcelamentos (-)</i>	<i>221.495.738,74</i>	<i>0,00</i>	<i>221.495.738,74</i>	<i>1,55%</i>
Déficit/Superávit Atuarial Oficial	14.311.208.806,40	0,00	14.311.208.806,40	100,39%

(*) Estas alíquotas correspondem ao valor atual da progressão proposta.

Com esta nova configuração de alíquotas crescentes, sem a incidência de contribuição patronal sobre a folha de benefícios do plano e revogação do plano de equacionamento da Lei 12.821/2008, chegamos a um déficit final e oficial de R\$ 14.311.208.806,40.

Visando o equacionamento e obtenção do equilíbrio financeiro do IPMC, foi proposto um plano de amortização com o prazo de 35 anos, sendo que para o exercício de 2017 foi estabelecido o aporte de R\$ 232.785.611,41.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

8.2. Plano de Equacionamento para Cobertura do Déficit Atuarial:

Data-Base: 31/12/2016

Seq	Ano	Alíquota	Base de Cálculo (*)	Saldo Inicial	Juros (+)	Aporte Anual (-)	Saldo Final
1	2017	12,00%	1.939.880.095,10	14.311.208.806,40	858.672.528,38	232.785.611,41	14.937.095.723,37
2	2018	16,00%	1.959.278.896,06	14.937.095.723,37	896.225.743,40	313.484.623,37	15.519.836.843,40
3	2019	20,00%	1.978.871.685,02	15.519.836.843,40	931.190.210,60	395.774.337,00	16.055.252.717,01
4	2020	24,00%	1.998.660.401,87	16.055.252.717,01	963.315.163,02	479.678.496,45	16.538.889.383,58
5	2021	28,00%	2.018.647.005,89	16.538.889.383,58	992.333.363,01	565.221.161,65	16.966.001.584,94
6	2022	32,00%	2.038.833.475,94	16.966.001.584,94	1.017.960.095,10	652.426.712,30	17.331.534.967,74
7	2023	36,00%	2.059.221.810,70	17.331.534.967,74	1.039.892.098,06	741.319.851,85	17.630.107.213,95
8	2024	40,00%	2.079.814.028,81	17.630.107.213,95	1.057.806.432,84	831.925.611,52	17.855.988.035,26
9	2025	44,00%	2.100.612.169,10	17.855.988.035,26	1.071.359.282,12	924.269.354,40	18.003.077.962,97
10	2026	48,00%	2.121.618.290,79	18.003.077.962,97	1.080.184.677,78	1.018.376.779,58	18.064.885.861,17
11	2027	52,00%	2.142.834.473,70	18.064.885.861,17	1.083.893.151,67	1.114.273.926,32	18.034.505.086,52
12	2028	56,00%	2.164.262.818,43	18.034.505.086,52	1.082.070.305,19	1.211.987.178,32	17.904.588.213,39
13	2029	60,00%	2.185.905.446,62	17.904.588.213,39	1.074.275.292,80	1.311.543.267,97	17.667.320.238,22
14	2030	61,13%	2.207.764.501,09	17.667.320.238,22	1.060.039.214,29	1.349.606.439,52	17.377.753.013,00
15	2031	61,13%	2.229.842.146,10	17.377.753.013,00	1.042.665.180,78	1.363.102.503,91	17.057.315.689,87
16	2032	61,13%	2.252.140.567,56	17.057.315.689,87	1.023.438.941,39	1.376.733.528,95	16.704.021.102,31
17	2033	61,13%	2.274.661.973,23	16.704.021.102,31	1.002.241.266,14	1.390.500.864,24	16.315.761.504,21
18	2034	61,13%	2.297.408.592,97	16.315.761.504,21	978.945.690,25	1.404.405.872,88	15.890.301.321,58
19	2035	61,13%	2.320.382.678,89	15.890.301.321,58	953.418.079,30	1.418.449.931,61	15.425.269.469,27
20	2036	61,13%	2.343.586.505,68	15.425.269.469,27	925.516.168,16	1.432.634.430,92	14.918.151.206,51
21	2037	61,13%	2.367.022.370,74	14.918.151.206,51	895.089.072,39	1.446.960.775,23	14.366.279.503,67
22	2038	61,13%	2.390.692.594,45	14.366.279.503,67	861.976.770,22	1.461.430.382,99	13.766.825.890,90
23	2039	61,13%	2.414.599.520,39	13.766.825.890,90	826.009.553,45	1.476.044.686,81	13.116.790.757,54
24	2040	61,13%	2.438.745.515,60	13.116.790.757,54	787.007.445,45	1.490.805.133,69	12.412.993.069,30
25	2041	61,13%	2.463.132.970,75	12.412.993.069,30	744.779.584,16	1.505.713.185,02	11.652.059.468,44
26	2042	61,13%	2.487.764.300,46	11.652.059.468,44	699.123.568,11	1.520.770.316,87	10.830.412.719,68
27	2043	61,13%	2.512.641.943,46	10.830.412.719,68	649.824.763,18	1.535.978.020,04	9.944.259.462,82
28	2044	61,13%	2.537.768.362,90	9.944.259.462,82	596.655.567,77	1.551.337.800,24	8.989.577.230,35
29	2045	61,13%	2.563.146.046,53	8.989.577.230,35	539.374.633,82	1.566.851.178,24	7.962.100.685,93
30	2046	61,13%	2.588.777.506,99	7.962.100.685,93	477.726.041,16	1.582.519.690,02	6.857.307.037,06
31	2047	61,13%	2.614.665.282,06	6.857.307.037,06	411.438.422,22	1.598.344.886,92	5.670.400.572,36
32	2048	61,13%	2.640.811.934,88	5.670.400.572,36	340.224.034,34	1.614.328.335,79	4.396.296.270,91
33	2049	61,13%	2.667.220.054,23	4.396.296.270,91	263.777.776,25	1.630.471.619,15	3.029.602.428,01
34	2050	61,13%	2.693.892.254,77	3.029.602.428,01	181.776.145,68	1.646.776.335,34	1.564.602.238,35
35	2051	61,13%	2.720.831.177,32	1.564.602.238,35	93.876.134,30	1.663.244.098,70	-4.765.726,04

(*) Folha estimada de servidores ativos com crescimento anual de 1%.

Recomendamos que a legislação que implemente este plano de equacionamento estabeleça os repasses adicionais na forma de aportes financeiros, conforme coluna em destaque, de forma a não impactar nas chamadas “despesas de pessoal”, conforme a Portaria MPS nº746/2011 e Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2010.

O sistema de amortização remanescente foi considerado implementado por meio do Decreto nº 1.269, de 12/07/2017, que regulamenta a Lei Municipal nº 15.042, de 28 de junho de 2017.

Observa-se que a partir da referida Lei Municipal (peça nº 12), os aportes financeiros ao IPMC passaram a ser definidos por meio de avaliações atuariais periódicas confirmadas por ato oficial do Executivo Municipal, com prazo de amortização de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de janeiro de 2017, podendo ser estendido ou repactuado nos termos de norma federal permissiva, se houver.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Lei nº 15.042, de 28 de junho de 2017.

(...) Art. 5º Para fins do Plano de Custeio, amortização do déficit atuarial e obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba – IPMC, os Poderes Executivo e Legislativo Municipais, bem como autarquias e fundações, farão aportes financeiros mensais, definidos pelas reavaliações atuariais anuais e estabelecidos oficialmente por ato do Executivo Municipal.

§ 1º O prazo para amortização será de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de janeiro de 2017, podendo ser estendido ou repactuado nos termos de norma federal permissiva, se houver.

§ 2º O valor dos aportes do Executivo Municipal, do Legislativo Municipal, das autarquias e das fundações será proporcional às respectivas folhas de servidores ativos de cada Poder ou ente, relativamente à soma total.

§ 3º As parcelas relativas aos aportes referidos pela Lei nº 12.821, de 1º de julho de 2008, devidas desde setembro de 2016 até a data da publicação desta lei serão incluídas no prazo de amortização referido no § 1º deste artigo.

Na sequência, verifica-se que a entidade realizou em 31/07/2017 o aporte proposto para cobertura do déficit atuarial, no valor de R\$ 232.785.611,41, contudo, por interferência financeira do Executivo para o Instituto de Previdência dos Servidores, embora, conforme informado no Parecer do Controle Interno à folha 86 da peça nº 8, o repasse através de empenho no elemento 97 – Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial – foi previsto, instituído e inserido na Lei Orçamentária Anual 2018.

Vale registrar, ainda, que o adimplemento da obrigação integral do exercício de 2017 se deu mediante compensação com os valores que o IPMC deveria repetir ao Tesouro Municipal (art. 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 15.042/17), conforme os procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 1.269/17 e no valor indicado em seu anexo único.

Decreto nº 1.269/2017

(...) § 4º A obrigação integral do exercício de 2017, relativa ao plano de equacionamento do déficit atuarial estabelecido pelo artigo 5º da Lei Municipal nº 15.042, de 28 de junho de 2017, é adimplida nesta data, nos mesmos termos do caput e no valor indicado no anexo único, deste decreto.

Por último, quanto aos esclarecimentos solicitados por ocasião do primeiro exame, com relação ao ingressos e egressos de receitas, transferência



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

financeira em duplicidade de R\$ 232.785.611,41 do Executivo para o Instituto de Previdência dos Servidores e repasses efetuados pela Câmara no total de R\$25.372.119,17 (fonte 000) e pelo próprio Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba no total de R\$ 22.102.947,61 (fonte 000), a entidade explicita os erros encontrados e quais os ajustes efetuados, bem como, apresenta os documentos contábeis em que se demonstra o detalhamento dos lançamentos efetuados, entendendo que as iniciativas adotadas são pertinentes.

Diante do exposto, considerando que foi realizado o pagamento do aporte ao RPPS visando equacionar o déficit atuarial, nos termos da reavaliação atuarial de 2017, embora por via extraorçamentária quando o correto seria por contas intraorçamentárias, entende-se que o item pode ser regularizado.

DA MULTA

Diante das justificativas e dos documentos apresentados pelo interessado, os quais permitem regularizar o item, poderá ser afastada a aplicação de multa antes proposta.

CONCLUSÃO: REGULARIZADO

2 - RESULTADO DA ANÁLISE

De acordo com os motivos e conclusões antes explanados, entendemos que a entidade não apresentou justificativas ou medidas suficientes para afastar, em sua totalidade, os apontamentos contidos no exame da prestação de contas, sendo as seguintes as conclusões obtidas da análise do processo.

2.1 - DAS RESSALVAS E RESTRIÇÕES

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CPF	TIPIFICAÇÃO	CONCLUSÃO
Ausência de Pagamento de aportes para cobertura do déficit atuarial na forma apurada no Laudo Atuarial.	RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO	232.242.319-04	Lei nº 9717/98, art. 9º e Portaria MPS 403/2008 - Art. 18 e 19 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"	REGULARIZADO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Entrega dos dados do SIM-AM com atraso.	RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO	232.242.319-04	Instrução Normativa TCE/PR nº 138/2018 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, III, "b".	RESSALVA COM MULTA
---	----------------------------------	----------------	--	--------------------

2.2 - DAS MULTAS

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CPF	TIPIFICAÇÃO
Entrega dos dados do SIM-AM com atraso.	RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO	232.242.319-04	Instrução Normativa TCE/PR nº 138/2018 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, III, "b".

3 - PARECER CONCLUSIVO

Em face do exame procedido na presente prestação de contas do **MUNICÍPIO DE CURITIBA**, relativa ao exercício financeiro de 2017 e à luz dos comentários supra expendidos, concluímos que as contas estão regulares, porém com as ressalvas acima descritas, conforme art. 16, II, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.

Conforme contido no título "DAS MULTAS", poderá ser aplicada multa ante os fatos ali indicados, tendo em vista o disciplinamento legal referido.

Destaca-se, contudo, que estas conclusões não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas e por divergências nas informações de caráter declaratório, ressalvadas, ainda, as constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como auditorias ou denúncias.

É a Instrução.

CGM, 02 de abril de 2020.

Ato emitido por EMERSON DA ROCHA - Analista de Controle - Matrícula nº 512451.

Encaminhe-se ao Ministério Público de Contas, conforme art. 353 do Regimento Interno.

Encaminhado por DIOGO GUEDES RAMINA - Coordenador - Matrícula nº 514837.